

A IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE – RO: SELEÇÃO E CAPACITAÇÃO DOCENTE (1970 – 1980)

Devanir Aparecido dos Santos¹; Ludimilla de Souza Colodetti²

UNEOURO (Faculdade de Ouro Preto do Oeste), email:uneouro@uneouro.edu.br

Resumo: O presente artigo aborda a implantação da educação escolar na Estância Turística de Ouro Preto do Oeste – RO. O recorte temporal está delimitado às décadas de 70 e 80. Analisa-se os critérios de seleção e contratação dos professores, que na sua maioria não possuía nem mesmo o Ensino Fundamental completo. Para a realização da pesquisa balizou-se pelo método de abordagem qualitativo e pelo método de procedimento histórico. Nesse sentido, pela natureza da proposta, utilizou-se da História Oral para analisar as memórias e reminiscências dos professores que atuaram naquele período. Como técnica de pesquisa recorreu-se ao arquivo do GEPHEM-OPO (Grupo de Pesquisa e História da Educação e Memória de Ouro Preto do Oeste). O GEPHEM-OPO possui sala própria no prédio da UNEOURO (Faculdade de Ouro Preto do Oeste), onde estavam armazenadas as entrevistas. Também fez-se necessário realizar leituras em bibliografias sobre a história do Estado de Rondônia e a formação dos seus municípios.

Palavras-chave: Colonização, Educação escolar, Profissão docente, História Oral.

1 Introdução

A Estância Turística de Ouro Preto do Oeste, situada no Estado de Rondônia, surgiu no final dos anos 60 e início dos anos 70 como um pequeno povoado denominado Vila de Ouro Preto, com apenas 500 famílias assentadas através do PICOP (Projeto Integrado de Colonização Ouro Preto), realizado pelo IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária). O IBRA foi transformado, mais tarde, em INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Logo, a vila recebeu um contingente maior e assentou mais de 3 mil famílias. Pois, com a

¹ Graduado em: Pedagogia, Teologia, Filosofia e História; Especialização em História pela FAP (Faculdade de Pimenta Bueno - RO); Mestrado em História pela PUCRS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul); É doutorando pelo programa de pós-graduação em História da PUCRS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul). Atua como docente, dedicação exclusiva, na UNEOURO (Faculdade de Ouro Preto do Oeste-RO) e responde como coordenador do curso de Pedagogia e Psicologia. É pesquisador integrante do Grupo de Pesquisa Ação na Educação; endereço para acessar esse espelho: (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/3516591730180959>) e MNEMOS - Grupo de Estudos Multidisciplinares em Educação, História e Memória; endereço para acessar esse espelho: (dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/3800069766678789). Email: msdevanirsantos@gmail.com.

² Graduada do curso de Pedagogia da UNEOURO. Email: ludimillacolodetti@gmail.com.

criação do projeto de colonização fez-se necessária a oferta de serviços básicos para a população, dentre esses serviços a educação escolar.

É comum perceber nos períodos e circunstâncias como o do recorte proposto, a educação escolar ser oferecida para a população em locais improvisados e por professores sem formação adequada para exercerem a função docente. Pois, com apenas a 4ª série, nestes casos, um indivíduo já poderia ser convidado para lecionar. Na atualidade, os(as) docentes que atuaram nas décadas de 70 e 80, já estão com a idade avançada e suas experiências vividas correm o risco de não serem conhecidas se não forem registradas. Objetiva-se então, com essa análise, contribuir para que a comunidade acadêmica e demais interessados possam conhecer um pouco mais, a partir das memórias de quem as experienciou o momento histórico proposto pelo recorte temporal, como se deu o processo de implantação da educação escolar, a admissão de docentes e a capacitação para a execução das atividades educacionais.

Pensa-se ser importante ressaltar, devido à natureza desta pesquisa, ou seja, fundamenta-se na História Oral, que a memória é algo íntimo de cada indivíduo, assim cada um reage de uma forma diferente ao relembrar reminiscências e experiências vivenciadas em grupos ou individualmente. Compreende-se que as lembranças de cada professor que atuou na época, e colaborou com essa pesquisa, pois estão arquivadas na memória, algumas provavelmente foram esquecidas, outras reavivadas e incrementadas, contudo as lembranças expostas nas entrevistas ofereceram um arcabouço de informações preciosas que resultaram na análise de como se deu o processo de escolarização dos alunos daquele período.

2 Materiais e métodos

Recorreu-se a História Oral como método de análise. Isso ocorreu por meio de entrevistas realizadas pelo GEPHEM-OPO (Grupo de Pesquisa e História da Educação e Memória de Ouro Preto do Oeste), com os professores que lecionaram na época. Todo o material das entrevistas utilizado, neste trabalho, encontra-se depositado na sala do referido grupo de pesquisa, na UNEOURO (Faculdade de Ouro Preto do Oeste). Percebe-se aqui então o uso da memória, conforme Neves (1998, *apud* DELGADO, 2003, p. 18):

O conceito de memória é crucial porque na memória se cruzam passado, presente e futuro; temporalidades e espacialidades; monumentalização e documentação; dimensões materiais e simbólicas; identidades e projetos. É crucial porque na

memória se entrecruzam a lembrança e o esquecimento; o pessoal e o coletivo; o indivíduo e a sociedade, o público e o privado; o sagrado e o profano. Crucial porque na memória se entrelaçam registro e invenção; fidelidade e mobilidade; dado e construção; história e ficção; revelação e ocultação.

A memória é como um enorme arquivo repleto de gavetas que desempenha a função de guardar todas as informações consideradas relevantes, do passado e presente, para o indivíduo, como sua identidade, planos que objetiva realizar, lembranças de momentos particulares e com grupos sociais dentre muitos outros pontos aferidos ao ato de memorar.

Contudo se for analisar com profundidade a ação do recordar, chegar-se-ia a conclusão de que a memória particular de cada indivíduo está inteiramente ligada a memória coletiva, ou seja, ele utiliza-se de meios colocados pela sociedade para poder recordar seu próprio passado. Segundo Halbwachs (1990, p. 36):

Ela não está inteiramente isolada e fechada. Um homem, para evocar seu próprio passado, tem freqüentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade. Mais ainda, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as idéias, que o indivíduo não inventou e que emprestou de seu meio. Não é menos verdade que não nos lembramos senão do que vimos, fizemos, sentimos, pensamos num momento do tempo, isto é, que nossa memória não se confunde com a dos outros. Ela é limitada muito estreitamente no espaço e no tempo.

O autor sugere que o indivíduo não pode ter uma memória individual sem a presença da memória coletiva até certo ponto, ou seja, em relação ao uso de ferramentas exteriores ao indivíduo, percebível quando ele revive suas lembranças e fazem necessárias as memórias dos outros como o uso de vocábulos, conceitos, tais instrumentos que vieram antes dele, apreendidos através do meio em que se encontra. Contudo, a memória individual separa-se da coletiva quando o indivíduo reproduz em sua mente lembranças de algo que viu, fez ou até mesmo sentiu, esses acontecimentos experienciados pelo indivíduo não pertencem à memória coletiva, pois são subjetivos e individuais, possível motivo em que o autor afirma ser limitada dentro do espaço e tempo.

Também é necessário atentar para a oralidade que está interligada diretamente à memória, só que esta caracteriza-se pela articulação da fala, momento que o indivíduo compartilha suas lembranças com outros, a fim de preservar seu espólio identitário e reminiscências. Na concepção de Delgado (2003, p. 22.), na oralidade:

[...] deixam fluir as palavras na tessitura de um enredo que inclui lembranças, registros, observações, silêncios análises, emoções, reflexões, testemunhos. São eles sujeitos de visão única, singular, porém integrada aos quadros sociais da memória e

da complexa trama da vida. A história oral é uma metodologia primorosa voltada à produção de narrativas como fontes do conhecimento, mas principalmente do saber.

Constata-se que a oralidade, na ótica da autora, baseia-se na iniciativa de contar um caso ou experiência verídica que implica nas lembranças, nos registros, nos sentimentos dentre outros de cada indivíduo, quer sejam individuais ou coletivas como já vimos anteriormente.

Porém, deve-se observar o dito e o não dito em um depoimento. Segundo Pollak (1989, p. 13):

Em todas as entrevistas sucessivas - no caso de histórias de vida de longa duração- em que a mesma pessoa volta várias vezes a um número restrito de acontecimentos (seja por sua própria iniciativa, seja provocada pelo entrevistador), esse fenômeno pode ser constatado até na entonação. A despeito de variações importantes, encontra-se um núcleo resistente, um fio condutor, uma espécie de *leitmotiv* em cada história de vida. Essas características de todas as histórias de vida sugerem que estas últimas devem ser consideradas como instrumentos de reconstrução da identidade, e não apenas como relato, factuais.

Para o autor, o entrevistado tenta contar sua história a partir dos acontecimentos mais marcantes e que provavelmente influenciaram em várias tomadas de decisões que ocorreram durante sua existência. O que consiste na sua atual condição. De fato, isso tem um caráter acentuado para o narrador, justifica-se então o porquê das respectivas voltas aos mesmos fatos.

Na perspectiva inicial, acerca da discussão do não dito, dentro da oralidade, durante uma entrevista, o sujeito ouvido pode deixar de relatar lembranças por ter se esquecido devido ao tempo decorrido, ligado ao fato de que as pessoas não possuem o hábito de exercitar a rememoração, como já observado anteriormente. Ainda pode acontecer por ter vivido um acontecimento traumático que não será reportado, não por que o sujeito não quer falar sobre o evento, mas devido a algum tipo de bloqueio. Sobre isso, Pollak (1989, p. 13), enfatiza:

Pode-se imaginar, para aqueles e aquelas cuja vida foi marcada por múltiplas rupturas e traumatismos, a dificuldade colocada por esse trabalho de construção de uma coerência e de uma continuidade de sua própria história. Assim como as memórias coletivas e a ordem social que elas contribuem para constituir, a memória individual resulta da gestão de um equilíbrio precário, de um sem-número de contradições e de tensões. [...]. Assim as dificuldades e bloqueios que eventualmente surgiram ao longo de uma entrevista só raramente resultavam de brancos da memória ou de esquecimento, mas de uma reflexão sobre a própria utilidade de falar e transmitir seu passado.

O autor chama atenção para o fato de bloqueios que geralmente ocorrem em entrevistas. Para o autor, raramente são atribuídos a brancos ou blecaute que acontecem durante a recordação. Acredita-se que o entrevistado ao evocar seu passado faça uma reflexão a respeito dos eventos traumáticos. Como afirma Pollak (1989, p.14), “É como se esse sofrimento extremo

exigisse uma ancoragem numa memória geral, a da humanidade, uma memória que não dispõe nem de porta-voz nem de pessoal de enquadramento adequado”. É como se o entrevistado analisasse em algum momento se é mesmo necessário reportar tal evento e reviver um sofrimento apenas para que se possa produzir conhecimentos, dos quais a maioria das pessoas verão com insensibilidade e como algo corriqueiro.

3 Resultados e discussões

3.1 Análise dos critérios estabelecidos na época para contratação dos professores

Conforme mencionado anteriormente, a Estância Turística de Ouro Preto do Oeste situada no Estado de Rondônia surgiu no final dos anos 60 e início de 70 como um pequeno povoado denominado Vila de Ouro Preto. Contava, a princípio, com apenas 500 famílias assentadas através do PICOP (Projeto Integrado de Colonização Ouro Preto) realizado pelo IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) atual INCRA.³ A Vila de Ouro Preto passou a receber muitos migrantes vindo de várias regiões do Brasil e logo precisou aumentar o número de assentados, estima-se mais de 3 mil famílias.

Com a criação do projeto de colonização fez-se necessária a oferta de serviços básicos para a população, dentre esses serviços a educação escolar, tema principal a ser abordado dentro do espaço e recorte de tempo proposto. A necessidade de fornecer educação para o povo ouro-pretense foi o gatilho para desencadear o desenvolvimento de escolas improvisadas tanto na zona rural quanto na zona urbana. Obviamente as escolas da zona urbana eram mais organizadas em vista das da zona rural.

A reflexão que segue trata sobre como os professores eram selecionados para o trabalho docente. A educação escolar iniciou-se na Estância Turística de Ouro Preto do Oeste entre 1970

³ Para maiores informações ler Teixeira, Marco Antônio Domingues. História Regional: Rondônia, Marco Antônio Domingues Teixeira, Dante Ribeiro da Fonseca, PV, RO, 2001. 2ª Ed. cap.11. Outra leitura importante é IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=110015>

e 1971, momento em que a Vila de Ouro Preto, como assim era conhecida, recebia inúmeros habitantes durante o processo colonizador. De acordo com Lopes *et al* (2015, p.7).

De 1970 a 1980, com os projetos implantados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), quando contingentes populacionais provenientes das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil deslocaram-se para a região, período em que os professores eram recrutados entre as esposas ou filhas dos colonos que soubessem ler e escrever.

Muitos professores que atuaram no início da implantação escolar na Estância Turística de Ouro Preto do Oeste eram escolhidos conforme o grau de escolarização, ou seja, uma comunidade rural ou urbana que possuía uma quantidade significativa de alunos para fundar uma escola, a SEMECE, convidava uma pessoa da própria comunidade, que detinha grau de escolarização superior aos dos demais, para dar aulas.

A professora Maria da Luz (14/03/2015) iniciou a carreira docente em Rondônia entre 1971 e 1972 em Ji-Paraná, com apenas a 4ª série concluída, posteriormente mudou-se para a Vila Ouro Preto, no final de 1972 e início do ano de 1973 para lecionar na Escola Disneylândia, em entrevista sobre sua trajetória, na educação, forneceu alguns dados para a compreensão dos critérios utilizados na seleção dos professores:

[...] os primeiros professores aqui do Estado de Rondônia, que é antigo Território. Ninguém feis concurso, era assim, chegava num lugar. Ah! Não tem escola, vamos fundar escola. Tem tantos alunos? Tem. Então escolhia ali né? Na comunidade que já formava Igreja e escola mesma coisa né? Então convidava alguém que tinha 3ª série, 4ª série pra dar aula, sabia ler, sabia escrever, ensinar os outros. Ali já era professor. É assim né? Não tinha concurso. Nois então pessoal do Antigo Território de Rondônia não teve concurso e muitos também do Estado não te..., não foram concursado. Era como precisava tinha gente né?

É perceptível, de acordo com o relato da fonte citada acima, que na década de 70 era mais cômodo para o órgão que detinha o controle da contratação de pessoal pegar alguém que possuía um nível mais elevado dentre os demais nas comunidades, e colocar para alfabetizar aos alunos. A maioria dos professores eram selecionados dentro da localidade, ou comunidade, onde seria criada uma escola, sem levar em consideração, muitas vezes, alguns fatores como condições de trabalho e de transporte.

A professora Cleusa Silvério da Silva (29/03/2015), que chegou no Estado de Rondônia em 1971 sublinha em entrevista alguns destes pontos:

[..] Quando eu comecei que eu falei pra você... quando eu comecei ontem um... quando eu comecei em 71 que eu cheguei a Rondônia ai em 75 é começaram a quere fundar escolas num... na... rurais, na... escolas no sitio. Aí saiu procurando, buscando as pessoas que tinha um pouquinho mais de estudo pra pode é... desenvolver esse

trabalho. Nessa época eu era professora leiga. Eu tinha só a 8ª série incompleto, aí eis já me arrastaram e já fui né?

Aqui, a professora Cleusa apresenta em sua fala, alguns lapsos e bloqueios de memória, Bobbio (1997 *apud* DELGADO, 2003, p. 16) esclarece que isso ocorre porque:

O relembrar é uma atividade mental que não exercitamos com frequência por que é desgastante ou embaraçosa. Mas é uma atividade salutar. Na rememoração reencontramos a nós mesmos e a nossa identidade, não obstante muitos anos transcorridos, os mil fatos vividos.

Assim, neste primeiro momento a professora sentiu dificuldade em expor recordações vividas há muito tempo, porém ao falar sobre seu passado, abriu-se uma porta para que as lembranças adormecidas fossem ressurgindo, porém no transcorrer da entrevista houve alguns brancos, momento em que ela estava reorganizando as memórias na ordem cronológica dos fatos.

Nesse sentido, Pollak (1989, p. 13), também afirma que “[...] Ao contarmos nossa vida, em geral tentamos estabelecer uma certa coerência por meio de laços lógicos entre acontecimentos chaves [...], e de uma continuidade, resultante da ordenação cronológica”.

De acordo com as informações dos entrevistados pode-se deduzir que a SEMECE contratava mão de obra sem qualificação adequada para alfabetizar a população, devido à escassez de pessoas formadas para assumir as salas de aula. Isso fica evidenciado no testemunho da professora Gisele Vicente Campos (30/03/2015), que atuou também na década de 70:

[...] eu fui convidada para ser professora não porque eu pretende-se algo. Porque eu só tinha a 8º série, mais porque precisavam dos meus préstimos. Porque naquele tempo lá nos... na década de 70 quem tinha 4ª série e primário já poderia ser professora aqui porque tava ensinando, alfabetizando as crianças que necessitavam pra poder ajudar os pais na leitura da... de adquirir os documentos das suas terras, isso era importante, saber ler e escrever. Então eles é... me requisitaram para trabalhar como professora, então foi assim um pedido muito especial para trabalhar [...]

A fala da professora Gisele reafirma o dilema em que a SEMECE se encontrava, pois, havia a necessidade de oferecer a educação escolar aos moradores das comunidades, porém faltava mão de obra especializada. A solução mais viável que encontraram no momento foi essa, como está explícito nos testemunhos das fontes acima, ou seja, buscar aqueles ou aquelas que detinham o grau escolar mais elevado dentre os outros para começar o trabalho de alfabetização.

Na década de 80 o critério de seleção persistia quase inalterável, havia muita semelhança aos critérios utilizados na década anterior, pessoas com 2º grau incompleto eram efetivadas, o

que conferia às mesmas a responsabilidade de alfabetizar os demais, o professor Manoel Mariano Neto (06/02/2015), trabalhou na educação no município durante o período de 1983 até 1987, ao ser entrevistado relatou como ocorria a seleção:

[...] naquela época eu nem sequer tinha o 2º grau. Então é... E, era uma época onde eis tinha muita, muita, muita falta de profissional. Então é... Eles só faziam um teste a nível de 1º grau né? Acho que nem era 1º grau, acho que nível de 4ª série mesmo. Fazia o teste na SEMECE e logo já era contratado. Agora depois quem era contratado é... tinha é... curso de... de especialização em 2º grau que era chamado de Logos II [...] ele é a nível de 5º ao 2º grau [...].

Baseado nos relatos do professor, percebe-se que não houve grandes mudanças na forma de selecionar os professores desde o final de 1972 até a década de 80. A fala do professor Manoel chama atenção para um fato não percebível nos critérios de seleção daquele período. Segundo relata, os professores da década de 80 faziam um teste, uma prova na SEMECE, para confirmar as aptidões que se esperava que os candidatos detivessem. Após o processo eram selecionados aqueles que possuíam maior capacidade para desenvolver o trabalho.

Os professores que iniciaram a carreira docente na da década de 70 não mencionaram esse critério durante as entrevistas, pode-se compreender que isso ocorreu porque não havia esse método de escolha na época ou porque passou-se muitos anos e essas recordações não vieram à tona no momento da entrevista, como Bobbio (1997, *apud* DELGADO, 2003, p. 16), esclareceu anteriormente acerca da importância de se lembrar o passado.

Apesar das dificuldades encontradas na época, houve mudanças, porém muito discretas acerca da valorização dos professores, quando se compara o final da década de 70 com o início da década de 90. É correto afirmar que os professores, na sua grande maioria, eram contratados sem formação devido à necessidade de alfabetizar a população das comunidades recém-formadas e pela falta de profissionais especializados. Porém, o Governo a partir da contratação dos mesmos, preocupou-se e promoveu programas de formação continuada.

Esses programas são o Logos I e II, Projeto Fênix e bem mais tarde o PROHACAP, assim que o professor era efetivado o Governo disponibilizava esses cursos para que pudessem se especializar. Aqueles que possuíam somente até a 4ª série realizavam o Logos I que os habilitava até a 8ª, ou seja, o 1º grau completo. Nesse sentido é que afirma a professora Maria da Luz (14/03/2015):

Quando eu comecei da aula eu só tinha 4ª série, só a 4ª série [...] Aí depois veio o projeto é... Logos I. É projeto por que? Porque é pra vê se dá certo né? Então primeiro

teve o projeto Logos I [...] E esse projeto Logos I era para habilitar o professor até a 8ª série, quer dizer pra ter o 1º grau completo ai nois fizemos[...].

O projeto Logos II, embora habilitasse para o 2º grau, poderia ser realizado por professores que tinham apenas a 3ª e 4ª série e não somente os que fizeram o Logos I, que teriam no caso o 1º grau. Então, a diferença entre o Logos I e o Logos II é que o Logos I conferia o nível de 1º grau enquanto o Logos II conferia o nível escolar de 2º grau. Segundo Lopes *et al* (2015, p.7, 8), “[...] após a fundação do município, com a Lei nº 6.921 de 16/06/1981, estabelece o Logos I e II e o Projeto Fênix, modalidade semipresencial onde os professores leigos tiveram a oportunidade de estudar na sede do município”.

Outro programa que merece ser lembrado é o PROHACAP (Programa de Habilitação e Capacitação de Professores Leigos), sendo que o mesmo foi instalado e funcionou entre 2000 e 2009. Oferecia-se, por meio desse curso, licenciaturas para que os professores leigos, que possuíam apenas o curso médio do Magistério pudessem fazer o Ensino Superior. Foi possível perceber através da criação desses projetos o interesse do governo em promover a formação desses professores que iniciaram a atividade docente como leigos e que hoje a grande maioria é licenciada em alguma área do ensino.

4 Considerações finais

A análise apresentada, no trabalho, fundamentou-se teoricamente nos pressupostos basilares da História Oral e procurou apresentar resultados que correspondam ao que se espera de uma pesquisa dessa natureza. Nesse sentido pode-se afirmar que, na década de 70, os professores contratados, na grande maioria, possuíam apenas a 4ª série do ensino fundamental, às vezes até incompleto, ou seja, aqueles que “sabiam” ler e escrever eram efetivados para ensinar aos demais. Em cada comunidade escolhia-se um ou dois, pois era mais fácil para esses professores trabalharem em sua própria comunidade.

Pode-se considerar ainda que o oferecimento de serviços públicos, mais especificamente a educação, no início da colonização da Estância Turística de Ouro Preto do Oeste – RO, foi se desenvolvendo como que no improviso, utilizando-se da mão de obra que existia à disposição naquele momento. Não significa que essa mão de obra era qualificada, longe de ser, porém era a que se podia contar para a execução dos trabalhos educacionais. Com o desenvolvimento da

região e do município, com o passar do tempo, desenvolveu-se programas de formação e capacitação docente para atender as necessidades escolares.

Em suma, os resultados apresentados, nesta reflexão, fazem entender que a forma da implantação da educação escolar na Estância Turística de Ouro Preto do Oeste não é um fato isolado quando se analisa o contexto da colonização do Estado de Rondônia, bem como a oferta dos serviços públicos nestas novas frentes de colonização dos anos 70 e 80, que formaram muitos dos atuais municípios rondonienses.

Referências bibliográficas e fontes

BERGSON, Henri, 1859-1941. **Matéria e memória: ensaio sobre o corpo com o espírito**/Henri Bergson; tradução Paulo Neves. - 2 - ed. - São Paulo: Martins Fontes, 1990. - (Coleção tópicos).

BOBBIO, Noberto. **O Tempo da memória**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral e narrativa: tempo, memória e identidades**, 6, 2003. VI Encontro Nacional de História Oral (ABHO) – Conferência de Abertura: Professora Titular de Metodologia da História da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Ex-presidente da Associação Brasileira de História Oral.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Ed: Revista Dos Tribunais LTDA. Rua Conde do Pinhal, 78, SP. ed: 1990.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=110015> Acesso em: 10/06/2017.

LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia geral I**. Eva Maria Lakatos, Marina de Andrade Marconi, colaboradora. - 6. ed. rev. e ampl. - São Paulo: Atlas, 1990.

LOPES, Ivone Goulart. [*et tal*]. **O Fio Da História – Nas Trilhas de Ouro Preto do Oeste-Ro. Vitrais da Memória de Professores e Escolas**. In. XI SEMINARIO INTERNACIONAL DE LA RED ESTRADO – ISSN 2219-6854 Movimientos Pedagógicos y Trabajo Docente en tiempos de estandarización. México, 2016.

NEVES, Margarida de Souza. **História e Memória: os jogos da memória**. In: MATTOS, Ilmar Rohloff (org.). Ler e escrever para contar: documentação, historiografia e formação do historiador. Rio de Janeiro: Access, 1998.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Tradução Dora Rocha Flauman. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol, 2, n. 3, 1989, p. 13-15.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues. **História Regional: Rondônia**, Marco Antônio Domingues Teixeira, Dante Ribeiro da Fonseca, PV, RO, 2ª Ed, 2001.

UNEOURO. GEPHEM-OPO (Grupo de Pesquisa e História da Educação e Memória de Ouro Preto do Oeste). **Arquivos em vídeos**. 2015. Professora Maria da luz (14/03/2015); Professora Cleusa Silvério da Silva (29/03/2015); Professora Gisele Vicente Campos (30/03/2015); Professor Manoel Mariano Neto (06/02/2015); Professor Antônio Ribeiro Rosa (22/03/2015); Professora Jolita Alves de Oliveira (14/03/2015); Professora Lourdes do Carmo Barbosa (01/04/2015); Professora Ivânia Maria Salvatori (02/03/201); Professora Emília Fagundes de Oliveira (02/03/2015).